



III Concurso Público para provimento de vagas de Defensor Público - 1ª Classe

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. No ordenamento jurídico pátrio, o controle de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição da República
- (A) somente é admitido em sede de controle difuso, pela via incidental.
 - (B) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, desde que se trate de lei promulgada posteriormente à entrada em vigor da Constituição.
 - (C) é admitido em sede de ação declaratória de constitucionalidade, por força de interpretação analógica à regra que a admite em se tratando de lei estadual.
 - (D) pode ser realizado por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental, mesmo que se trate de lei municipal anterior à Constituição.
 - (E) não é admitido, uma vez que não há como se caracterizar ofensa direta de lei municipal à Constituição da República, mas apenas à Constituição estadual.
2. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da Administração Pública no Estado brasileiro:
- I. A Administração Fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - II. Somente por lei específica pode ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
 - III. É vedada a publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos e entes públicos, ressalvadas as hipóteses admitidas em lei complementar.
 - IV. Obras, serviços, compras e alienações dos órgãos e entes da Administração serão sempre contratados mediante processo de licitação pública, em que se assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.
- Estão corretas SOMENTE as afirmações feitas em
- (A) I e II.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
3. A Constituição da República estabelece que, assim como os membros das carreiras da Advocacia Pública, os integrantes das Defensorias Públicas
- (A) exercem atividade essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo aos integrantes das carreiras mencionadas a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos que comprovarem insuficiência de recursos.
 - (B) ingressarão na carreira em cargos de classe inicial, providos mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
 - (C) gozam das garantias de inamovibilidade e estabilidade após dois anos de efetivo exercício das funções respectivas.
 - (D) poderão exercer a advocacia fora das atribuições institucionais, nas hipóteses previstas na lei complementar que organizar a carreira.
 - (E) serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
4. Relativamente ao exercício de atividade econômica, a Constituição da República
- (A) assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independentemente de autorização de órgãos públicos, sem ressalvas.
 - (B) garante tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
 - (C) estabelece que a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro e incentivará os reinvestimentos, vedando a remessa de lucros para o exterior.
 - (D) autoriza a exploração de atividade econômica pelo Estado apenas quando necessário aos imperativos da segurança nacional.
 - (E) prevê que o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica, sendo o último determinante para os setores público e privado.
5. Governador de Estado, brasileiro naturalizado, cônjuge de Deputada Federal, com 34 anos de idade completados no mês de janeiro do ano corrente, pretende candidatar-se a uma vaga no Senado Federal, no pleito de 2010. Nessa hipótese, o interessado
- (A) será inelegível para o fim pretendido, no território de jurisdição do Estado pelo qual se elegeu sua esposa.
 - (B) não poderá pleitear vaga no Senado Federal, por se tratar de cargo privativo de brasileiro nato, nos termos da Constituição da República.
 - (C) deverá renunciar ao mandato, até seis meses antes do pleito, para concorrer a uma vaga no Senado Federal.
 - (D) será inelegível, pois a Constituição somente admite a reeleição de ocupantes de cargos de chefia do Poder Executivo para um único período subsequente.
 - (E) será inelegível para o fim pretendido, por não possuir a idade mínima estabelecida como condição de elegibilidade para o caso em tela.
6. É imediatamente aplicável, podendo ter sua eficácia contida pela legislação, a norma constitucional segundo a qual
- (A) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
 - (B) não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição.
 - (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
 - (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - (E) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.
7. É mecanismo inerente à sistemática da separação de poderes como albergada pela Constituição da República:
- (A) o veto do Presidente da República a projetos de lei aprovados pelas Casas do Congresso Nacional, por motivo de contrariedade ao interesse público.
 - (B) o processamento e julgamento do Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, pela Câmara dos Deputados.
 - (C) a suspensão, no todo ou em parte, pelo Congresso Nacional, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) a sustação de atos normativos do Poder Executivo pelo Senado Federal, nos casos em que se extrapolarem os limites de delegação legislativa.
 - (E) a criação pelas Casas do Congresso Nacional, mediante requerimento de, no mínimo, dois terços de seus membros, de comissão parlamentar de inquérito, para apuração de fato determinado e por prazo certo.



<p>8. O jurista espanhol Antonio Perez Luño define os direitos fundamentais como um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, igualdade e liberdade humanas, devendo obrigatoriamente ser reconhecidos no ordenamento jurídico positivo e por este garantidos, em âmbito internacional e nacional, gozando no ordenamento nacional de tutela reforçada em face dos poderes constituídos do Estado (Los derechos fundamentales. 5. ed. Madrid: Tecnos, 1993, p. 46-47, tradução livre). No ordenamento brasileiro, a tutela reforçada a que se refere o autor</p> <p>(A) não encontra previsão em nível constitucional.</p> <p>(B) decorre do princípio internacional do <i>pacta sunt servanda</i>.</p> <p>(C) não pode ser imposta ao poder constituinte derivado.</p> <p>(D) é considerada um desdobramento da aplicabilidade imediata e eficácia limitada das normas definidoras de direitos fundamentais previstas na Constituição.</p> <p>(E) decorre da impossibilidade de o Congresso Nacional deliberar sobre proposta de emenda à Constituição tendente a abolir os direitos fundamentais.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>11. A responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal incide sob a modalidade</p> <p>(A) objetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais dos quais haja decorrido dano indenizável.</p> <p>(B) subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por concessionárias de serviços públicos, remanescendo responsabilidade solidária do Estado pelo ressarcimento dos danos indenizáveis.</p> <p>(C) objetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por agentes estatais e subjetiva, quando ditos atos forem lícitos.</p> <p>(D) subjetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais se destes tiverem advindo danos morais indenizáveis.</p> <p>(E) subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por empregados de concessionárias de serviços públicos que tenham ocasionado danos a usuário do serviço.</p>
<p>9. Relativamente à possibilidade de extradição de indivíduos sujeitos a investigação ou processo criminal perante autoridades estrangeiras, a Constituição da República prevê que o estrangeiro que se encontrar em território nacional</p> <p>(A) não será extraditado em hipótese alguma.</p> <p>(B) não será extraditado na hipótese de cometimento de crime político ou de opinião.</p> <p>(C) será extraditado apenas na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.</p> <p>(D) poderá ser extraditado, no caso de prática de crime comum, desde que a condenação seja anterior à sua entrada no país.</p> <p>(E) não poderá ser extraditado, exceto nas hipóteses de cometimento dos crimes de racismo ou tortura.</p>	<p>12. Em relação aos bens públicos e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, é correto afirmar que os bens imóveis</p> <p>(A) de uso comum e os de uso especial são gravados com inalienabilidade absoluta, independentemente de desafetação, somente sendo possível alienar os dominicais.</p> <p>(B) de uso comum e os de uso especial não podem ser alienados a particulares enquanto conservarem esta qualidade, mas podem ter seu domínio transferido a outro ente público, observados os requisitos legais, sem perderem a afetação.</p> <p>(C) dominicais são gravados com inalienabilidade, somente sendo passíveis de serem comercializados sob a égide do direito privado caso sejam desafetados por lei.</p> <p>(D) dominicais dispensam autorização legislativa para serem alienados, uma vez que não são gravados com inalienabilidade.</p> <p>(E) de uso comum e de uso especial dependem de lei autorizativa para sua alienação onerosa, enquanto os dominicais dispensam este requisito formal.</p>
<p>10. Lei federal é promulgada criando benefício para um determinado grupo de pessoas. Desconsidera, contudo, indivíduos que se encontram em situação equivalente, não lhes concedendo o mesmo benefício. Nesse caso, aquele que se encontrar em situação estranha à hipótese de incidência legal, mas a esta equivalente,</p> <p>(A) nada poderá fazer, pois a concessão do benefício é decisão inerente à discricionariedade do legislador, fugindo à esfera de análise de outras instâncias do Estado, em decorrência do princípio da separação de poderes.</p> <p>(B) poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, visando à declaração de inconstitucionalidade da lei em tese, por ofensa ao princípio constitucional da igualdade.</p> <p>(C) poderá pleitear em juízo que lhe seja estendido o benefício, com base no princípio constitucional da igualdade, em decorrência do qual é vedado à lei dispensar tratamento diferenciado a pessoas que se encontrem em situação equivalente.</p> <p>(D) poderá ajuizar ação civil pública, pleiteando a cassação dos benefícios concedidos com base na lei e suscitando incidentalmente a inconstitucionalidade desta, por ofensa ao princípio da igualdade.</p> <p>(E) deverá pleitear inicialmente a concessão do benefício em sede administrativa e, somente na hipótese de indeferimento do pleito e esgotamento da instância administrativa, impugnar o ato administrativo em juízo.</p>	<p>13. No que concerne às normas constitucionais sobre servidores públicos, tem-se que</p> <p>(A) é permitida a equiparação de vencimentos entre carreiras paradigmas, desde que dentro da mesma esfera política.</p> <p>(B) é permitida a acumulação remunerada de dois cargos privativos em carreiras jurídicas paradigmas, desde que dentro da mesma esfera política e observados os requisitos legais.</p> <p>(C) os vencimentos percebidos pelo Defensor Público estadual não podem exceder o subsídio mensal do Governador do Estado.</p> <p>(D) os cargos em comissão que devem ser preenchidos por servidores de carreira, nos limites legais, são restritos às atribuições de direção, chefia e assessoramento.</p> <p>(E) a proibição de acumulação de cargos e empregos não se estende à Administração Indireta, exceto no que se refere às funções públicas.</p>



14. O Estado do Maranhão adjudicou, em sede de execução fiscal, um imóvel que pertencia a uma empresa devedora de ICMS. Pretendendo alienar este imóvel com a maior agilidade possível, uma vez autorizada normativamente a transferência onerosa, o Poder Público deve adotar a seguinte modalidade de procedimento licitatório:
- (A) pré-qualificação.
 - (B) pregão.
 - (C) leilão.
 - (D) tomada de preços.
 - (E) convite.
15. Considerando-se a autonomia inerente às autarquias, admita-se, em relação a este ente
- (A) controle, nos limites legais, a ser exercido pela pessoa política que instituiu a autarquia.
 - (B) autotutela, que se traduz pela possibilidade de controle a ser exercido pela pessoa política que instituiu a autarquia.
 - (C) fiscalização pelo Tribunal de Contas, nos moldes e limites a serem definidos na lei que disciplina o controle da autarquia pela pessoa política que a instituiu.
 - (D) fiscalização a ser exercida pelo Tribunal de Contas, com auxílio da pessoa política que instituiu a autarquia.
 - (E) revisão dos atos praticados pela autarquia para sua adequação aos fins que justificaram sua instituição, a ser exercido pela pessoa política que a instituiu.
16. Dentre os chamados Poderes da Administração, aquele que pode ser qualificado como autônomo e originário em determinadas situações previstas na Constituição Federal é o poder
- (A) hierárquico, que permite à autoridade superior a possibilidade de punição disciplinar independentemente de expressa previsão legal.
 - (B) disciplinar, na medida que permite a imposição de sanções não previstas em lei.
 - (C) regulamentar, que permite o exercício da função normativa do Poder Executivo com fundamento direto na Constituição Federal.
 - (D) discricionário, que permite à Administração Pública atuar sem expressa vinculação à lei, nos casos em que inexistam disciplina normativa para o assunto.
 - (E) de polícia, que permite à Administração Pública a prática de atos administrativos, preventivos e repressivos, para a disciplina de situações não previstas pela legislação.
17. São exemplos de atos administrativos vinculados:
- (A) autorização de uso de imóvel público e homologação de procedimento licitatório que se pretenda concluir.
 - (B) licença de funcionamento e permissão de uso de imóvel público.
 - (C) permissão de uso de imóvel público e aprovação para alienação de terras públicas.
 - (D) homologação do procedimento licitatório que se pretenda concluir e licença de funcionamento.
 - (E) aprovação de alienação de terras públicas e alvará de uso privativo de terras públicas.
18. O Poder Público contratou, por meio de regular licitação, a execução de uma obra pública em terreno recentemente desapropriado para esta finalidade. Durante o início das fundações, a empresa contratada identificou focos de contaminação do solo na área. Este fato obriga a realização de trabalhos de descontaminação cujo custo eleva em demasia o preço da obra. Considerando que as partes não tinham conhecimento da contaminação e que, por razões de ordem técnica não poderiam sabê-lo antes, caberá
- (A) rescindir o contrato e realizar nova licitação para contratação de empresa para a realização da obra, agora considerado o novo custo.
 - (B) alterar o contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observados os requisitos legais.
 - (C) realizar nova licitação para contratação do serviço de descontaminação do solo, devendo a empresa anteriormente contratada concorrer com terceiros, resguardando-se, no entanto, seu direito de preferência caso haja igualdade de propostas.
 - (D) rescindir unilateralmente o contrato pela contratada, em face do fato imprevisível, restituindo-se-lhe o valor gasto até então.
 - (E) realizar a descontaminação do solo diretamente pelo contratante, mantendo-se inalteradas as condições do contrato celebrado, cuja execução ficará apenas diferida no tempo.
19. Considerando que a execução de obras para implantação de uma linha de metrô compreende inúmeras fases, destaca-se a primeira delas como sendo a identificação das áreas que serão afetadas pelo investimento público. Nem todas as áreas utilizadas para a implantação da obra terão seu aproveitamento econômico esvaziado, de forma que muitas prescindirão de aquisição de domínio (p. ex., áreas para canteiro de obras ou margem de segurança para perfuração). Neste sentido, é correto afirmar que, além da desapropriação para alguns trechos da obra, poderão ser utilizados pela Cia. do Metropolitano – METRÔ, os seguintes institutos de intervenção na propriedade privada:
- (A) limitação administrativa, na medida em que impõe obrigações de não fazer decorrentes de necessidade urgente do Poder Público.
 - (B) ocupação temporária, na medida em que viabiliza a utilização transitória remunerada de propriedade particular.
 - (C) requisição administrativa, instituída por acordo entre as partes e que visa à obrigação de fazer pelo proprietário, que deverá colaborar com a obra.
 - (D) tombamento, que grava a propriedade particular com limitações do aproveitamento econômico, restringindo-lhe os usos permitidos.
 - (E) servidão, na medida em que impõe ao proprietário o dever de suportar, gratuita e por meio de lei, o serviço público cuja prestação justificou sua instituição.
20. Determinado policial militar conduzia viatura pública por avenida de tráfego intenso quando, ao avistar suspeito da prática de crime, efetuou conversão proibida para mudar de sentido e iniciar perseguição. Em razão da conversão proibida, colidiu com veículo particular, ferindo gravemente um de seus ocupantes. A conduta do servidor público pode dar ensejo à apuração de sua responsabilidade no âmbito
- (A) civil, respondendo sob a modalidade objetiva, na forma do artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, sem prejuízo de regular processo administrativo disciplinar.
 - (B) penal, se vier a ser demonstrada a tipificação de sua conduta, somente após o quê poderá ser punido administrativamente.
 - (C) administrativa, pela infração cometida nesta esfera, sem prejuízo da reparação civil que lhe venha a ser imposta, caso fique demonstrada culpa ou dolo.
 - (D) penal, pelo crime ou contravenção praticada, sem prejuízo da responsabilidade civil, que se processará sob a modalidade objetiva.
 - (E) civil, se for demonstrada culpa ou dolo de sua conduta, o que absorverá eventual punição disciplinar a que faria jus, porque menos gravosa.



Direito Penal

21. Sobre a aplicação da lei penal e da lei processual penal no tempo, desde que não sejam de natureza mista,

- (A) vigora apenas o mesmo princípio da irretroatividade.
- (B) vigora apenas o mesmo princípio da ultratividade da lei mais benéfica.
- (C) vigoram princípios diferentes em relação a cada uma das leis.
- (D) vigoram princípios diferentes em relação a cada uma das leis, salvo ultratividade da lei mais benéfica.
- (E) vigoram os mesmos princípios da irretroatividade e da ultratividade da lei mais benéfica.

22. No caso de concessão da suspensão condicional da pena, para fins de cômputo na prescrição da pretensão executória, a ausência do réu na audiência de advertência significa que

- (A) não houve interrupção pelo início do cumprimento da pena, correndo o prazo prescricional desde o trânsito em julgado da sentença condenatória para o Ministério Público.
- (B) houve interrupção do lapso prescricional com a intimação pessoal do sentenciado para a audiência de advertência.
- (C) o lapso prescricional foi interrompido com a decisão judicial de cassação do *sursis*.
- (D) não houve interrupção pelo início do cumprimento da pena, correndo o prazo prescricional desde a decisão judicial que cassou o *sursis*.
- (E) houve interrupção pelo início do cumprimento da pena, correndo o prazo prescricional do trânsito em julgado da sentença condenatória para o Ministério Público.

23. A pena privativa de liberdade deve ser substituída por restritiva de direitos quando não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa. O réu foi condenado a pena de um ano e oito meses pelo delito de tráfico de entorpecentes, temos então que

- (A) o crime de tráfico de entorpecentes não contém elemento de violência e grave ameaça à pessoa e o *quantum* da pena não atinge quatro anos sendo, portanto, permitida a substituição da pena.
- (B) a substituição da pena no caso de tráfico de entorpecentes é expressamente vedada por lei.
- (C) a substituição da pena é vedada por lei, salvo se o réu colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação de coautores ou partícipes do crime.
- (D) a pena privativa de liberdade poderá ser substituída desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.
- (E) a pena privativa de liberdade poderá ser substituída desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa, devendo colaborar na investigação policial.

24. Os requisitos para a ocorrência do concurso de pessoas no cometimento de crime são:

- (A) pluralidade de comportamentos,nexo de causalidade entre o comportamento do partícipe e o resultado do crime e vínculo objetivo-subjetivo entre autor e partícipe.
- (B) presença física de autor e partícipe, nexode causalidade entre o comportamento do coautor e o resultado do crime; vínculo subjetivo entre autor e partícipe e identidade do crime.
- (C) presença física de autor e partícipe, pluralidade de comportamentos, nexode causalidade entre o comportamento do partícipe e o resultado do crime; vínculo subjetivo entre autor e partícipe e identidade do crime.
- (D) pluralidade de comportamentos, nexode causalidade entre o comportamento do partícipe e o resultado do crime; vínculo objetivo entre autor e partícipe e identidade do crime.
- (E) pluralidade de comportamentos, nexode causalidade entre o comportamento do partícipe e o resultado do crime; vínculo subjetivo entre autor e partícipe e identidade do crime.

25. No trajeto do transporte de dois presos para o foro criminal por agentes penitenciários um deles saca de um instrumento perfurante e desfere diversos golpes contra o outro preso. Os agentes da lei presenciaram a ação desde o início e permaneceram inertes. Na conduta dos agentes

- (A) há amparo pela excludente de ilicitude do exercício regular do direito, deixando de agir por exposição do risco às próprias vidas.
- (B) a omissão é penalmente irrelevante porque a causalidade é fática.
- (C) não há punição porque o Estado criou o risco da ocorrência do resultado.
- (D) a omissão é penalmente relevante porque a causalidade é normativa.
- (E) a omissão é penalmente relevante porque a causalidade é fática-normativa.

26. Em um crime de roubo, o réu, reincidente, teve aplicada uma pena de quatro anos de reclusão em regime semi-aberto levando-se em consideração as circunstâncias judiciais. A decisão do juiz

- (A) afronta dispositivo legal penal sobre a fixação do regime de pena que determina a imposição de seu cumprimento em regime semiaberto e aberto a não reincidentes.
- (B) afronta dispositivo legal penal sobre a fixação do regime de pena que determina a imposição de seu cumprimento apenas no regime aberto a não reincidentes.
- (C) não afronta dispositivo legal penal a teor da súmula 269 do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) não afronta dispositivo legal desde que fundamente as circunstâncias legais.
- (E) não afronta dispositivo legal penal desde que o apenado apresente, de imediato, o exame criminológico.

27. Na consideração de que o crime de falso se exaure no estelionato, responsabilizando-se o agente apenas por este crime, o princípio aplicado para o aparente conflito de normas é o da

- (A) subsidiariedade.
- (B) consunção.
- (C) especialidade.
- (D) alternatividade.
- (E) instrumentalidade.



28. Frederico encontrava-se custodiado pelo Estado em medida de segurança legalmente imposta. Permaneceu por vários dias solicitando atendimento de um médico porque apresentava febre, dores de cabeça, falta de ar e tosse. Foi atendido apenas por auxiliares de enfermagem que se limitaram a recomendar a interrupção do cigarro. Ao final do décimo dia teve um desmaio e foi hospitalizado. O médico deste nosocômio prescreveu-lhe antibióticos em razão de um processo infeccioso avançado nos pulmões. Tal medicação, entregue pelo médico que a prescreveu, jamais foi administrada pelos funcionários do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, onde cumpria a medida de segurança. Frederico acabou morrendo em decorrência de um abscesso causado por pneumonia. As condutas dos funcionários amoldam-se ao seguinte tipo penal:

- (A) homicídio culposo porque agiram com imprudência, negligência e perícia.
- (B) homicídio doloso porque a eles incumbia o dever jurídico de agir para evitar o resultado.
- (C) conduta atípica, por superveniência de causa absolutamente independente.
- (D) crime de tortura por submeterem pessoa sujeita a medida de segurança a sofrimento físico e mental, omitindo-se, quando tinham o dever de evitá-lo.
- (E) crime de omissão de socorro qualificada pelo resultado.

29. O argumento do Defensor Público ao requerer a desclassificação para a figura da tentativa do crime patrimonial de roubo, mantendo o ofendido o seu bem, levando-se em conta o seu resultado naturalístico, será a de que se trata de crime

- (A) material, consumando-se apenas no momento da produção do resultado.
- (B) formal, bastando a simples ameaça por parte do agente.
- (C) qualificado pelo resultado, distinguindo-se o dolo direto e indireto.
- (D) de mera conduta, devendo mencionar explicitamente o resultado da ação.
- (E) material qualificado pelo resultado.

30. Há previsão legal de escusa absolutória nos delitos patrimoniais desde que seja cometido contra cônjuge, na constância da sociedade conjugal,

- (A) ascendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça somente contra a pessoa.
- (B) ascendente, descendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça somente contra a pessoa.
- (C) ascendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa e ao estranho que participa do crime.
- (D) ascendente, descendente, excluídos os crimes de roubo, extorsão e latrocínio.
- (E) ascendente, descendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa e ao estranho que participa do crime.

Direito Processual Penal

31. A Constituição Federal estipula várias disposições pertinentes ao processo penal, com eficácia imediata. A natureza jurídica da necessidade do decreto de uma prisão cautelar, sob este viés, é o de

- (A) pena antecipada, sendo considerada, em caso de condenação, no seu tempo de cumprimento.
- (B) medida excepcional.
- (C) instrumentalidade do processo penal justo.
- (D) medida necessária, ainda que não esteja previsto o requisito do *periculum in mora*.
- (E) medida necessária, ainda que não esteja previsto o requisito do *fumus boni juris*.

32. A participação de Defensor Público no inquérito policial nos casos de crimes hediondos onde há decretação de sigilo por interceptação telefônica é

- (A) inteiramente vedada por expressa disposição legal.
- (B) obrigatória para assecuramento do princípio constitucional do contraditório.
- (C) facultativa, se nomeado pelo juiz para acompanhar as investigações.
- (D) direito do investigado, se requerer ao Delegado de Polícia a nomeação de defensor.
- (E) direito do indiciado solicitar intervenção diretamente à Defensoria Pública.

33. O Defensor Público que por atribuição institucional agir no interesse da vítima poderá, após o representante do Ministério Público receber o auto de prisão em flagrante devidamente relatado e concluído e não oferecer a denúncia no prazo legal,

- (A) requerer o relaxamento da prisão em flagrante.
- (B) requerer a liberdade provisória.
- (C) intentar ação penal privada subsidiária.
- (D) requerer a revogação da prisão preventiva.
- (E) representar ao Juiz de Direito para designação de outro Promotor de Justiça.

34. A competência fixada pela circunstância de duas ou mais pessoas serem acusadas pela mesma infração é determinada

- (A) pela prevenção.
- (B) por conexão.
- (C) pela natureza da infração.
- (D) pela continência.
- (E) por distribuição.

35. Para prolação de sentença condenatória o juiz formará sua convicção, de acordo com o teor de nova regra processual penal trazida pela Lei nº 11.719, de 20/06/2008, segundo

- (A) livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial onde se garanta a ampla defesa do acusado.
- (B) apreciação controlada da prova produzida em contraditório judicial com desprezo ao teor de eventual confissão prestada no inquérito policial.
- (C) livre apreciação da prova produzida, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- (D) apreciação discricionária da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- (E) livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.



36. O direito ao silêncio do acusado e o valor da confissão harmonizam-se, segundo a sistemática atual do Código de Processo Penal, com fundamento nas seguintes regras:
- (A) o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, estabelecendo escala de preponderância para as provas periciais e verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância, sendo que o silêncio do acusado não importará confissão e nem poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (B) o silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, sendo ao juiz vedada qualquer alusão ao silêncio do acusado na sentença que venha a proferir.
- (C) o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância, sendo que o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (D) o valor da confissão deverá ser compatibilizado exclusivamente com a prova colhida sob princípio do contraditório, sendo vedada qualquer alusão a eventual silêncio do réu na sentença condenatória.
- (E) o princípio constitucional da presunção de inocência impede que o juiz faça qualquer consideração na sentença a interrogatório e/ou confissão extrajudicial, não podendo nem mesmo tal circunstância interferir na sua livre apreciação das provas.
-
37. A decretação da prisão preventiva apenas poderá ter fundamento nas seguintes hipóteses:
- (A) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- (B) como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- (C) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.
- (D) como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.
- (E) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
-
38. A recente reforma processual penal ocorrida pela publicação de três leis no ano de 2008, em relação ao sistema anterior, aboliu
- (A) o recurso em sentido estrito e a carta testemunhável.
- (B) o agravo e o protesto por novo júri.
- (C) apenas a carta testemunhável.
- (D) apenas o protesto por novo júri.
- (E) a carta testemunhável e o protesto por novo júri.
-
39. Pela nova sistemática aplicada ao Tribunal do Júri, se os defensores exercerem o seu direito de recusar o número máximo de jurados sorteados para a composição do Conselho de Sentença, comparecendo o número total de jurados previsto pelo Código de Processo Penal, quantos acusados poderão ser julgados em uma sessão sem que haja cisão do julgamento?
- (A) No máximo 6.
- (B) No mínimo 5.
- (C) No máximo 4.
- (D) No mínimo 4.
- (E) No mínimo 3.
-
40. No cálculo de reprimenda de sentenciado que obtém, no processo executório de sua pena privativa de liberdade, o benefício do livramento condicional, posteriormente revogado por delito cometido anteriormente à concessão,
- (A) o tempo de pena observa a regra da somatória de condenações para determinação de novo regime.
- (B) o tempo de pena cumprido será somado à nova condenação para a concessão de novo livramento condicional.
- (C) o tempo de pena cumprido anteriormente ao livramento condicional não é computado.
- (D) o cálculo da sua pena não será alterado porque a hipótese não é de revogação obrigatória do livramento condicional.
- (E) abate-se metade do tempo de livramento condicional cumprido do total das penas somadas.
-
- Direito Civil e do Consumidor**
41. No tocante à disciplina da responsabilidade civil, é correto afirmar:
- (A) Os pais são responsáveis objetivamente pela reparação civil dos danos causados por filhos menores ou, embora maiores de 18 anos, incapazes, ainda que estes não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.
- (B) Para que ocorra a responsabilidade civil subjetiva, basta a existência de um dano material ou moral e de uma ação ou omissão dolosa ou culposa.
- (C) Na responsabilidade civil objetiva, a culpa exclusiva do prejudicado afasta o dever de reparação do causador do dano porque é causa de exclusão do dano.
- (D) Na responsabilidade civil objetiva, a culpa exclusiva do prejudicado em nada altera a situação jurídica do causador do dano, o qual responderá independentemente de culpa.
- (E) Na responsabilidade civil objetiva, não surgirá o dever de reparação do dano na hipótese de culpa exclusiva da vítima por falta de nexo de causalidade entre a ação do agente e o dano sofrido.
-
42. A respeito da capacidade de direito, é correto afirmar:
- (A) O menor de dezesseis anos é absolutamente incapaz, ao passo que a capacidade de direito plena ocorre somente aos dezoito anos.
- (B) Em relação às pessoas físicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas somente se prova com o registro de nascimento.
- (C) Em relação às pessoas jurídicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- (D) O registro civil da pessoa física possui natureza jurídica meramente declaratória, ao passo que, para as pessoas jurídicas, o registro tem efeito constitutivo.
- (E) Para o maior de dezoito anos, pode ser afastada mediante ação de interdição, na qual se prove a total falta de discernimento do interditando, quer por doença, quer por mal congênito.



<p>43. À luz do Código Civil brasileiro,</p> <p>(A) o direito de propriedade será exercido de forma plena, absoluta e exclusiva por todo aquele que detiver o título, sendo inconstitucional qualquer restrição imposta, excetuando-se as que seu titular aceitar de forma voluntária.</p> <p>(B) segundo Jhering, a posse, por se tratar da exteriorização do direito de propriedade, gera presunção <i>juris et de jure</i> de domínio.</p> <p>(C) enquanto a propriedade de bem imóvel é adquirida no momento da averbação em Cartório de Registro de Imóveis do título aquisitivo, tratando-se de ato <i>inter vivos</i>, ou do formal de partilha, no caso de sucessão <i>mortis causa</i>, a do bem móvel ocorre pela simples tradição em qualquer caso.</p> <p>(D) a propriedade de bem imóvel transmite-se ao herdeiro do <i>de cuius</i>, pelo registro do formal de partilha no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>(E) a propriedade de bem imóvel transmite-se ao herdeiro do <i>de cuius</i> independentemente de registro do formal de partilha no Cartório de Registro de Imóveis.</p>	<p>46. O contrato, segundo o Direito Civil em vigor, se for aleatório por</p> <p>(A) dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, se de sua parte tiver havido dolo, ainda que nada do avençado venha a existir.</p> <p>(B) serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, mesmo que de sua parte tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada. Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.</p> <p>(C) dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.</p> <p>(D) serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, exceto se a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada. Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.</p> <p>(E) se referir a coisas existentes, mas expostas a risco não assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato.</p>
<p>44. A respeito da paternidade, é correto afirmar:</p> <p>(A) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época do nascimento, ilide a presunção da paternidade.</p> <p>(B) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento pode ser feito por escrito particular, a ser arquivado em cartório.</p> <p>(C) Se a esposa confessar o adultério, isso basta para ilidir a presunção de paternidade.</p> <p>(D) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, exceto se ele deixar descendentes.</p> <p>(E) O filho maior pode ser reconhecido mesmo sem o seu consentimento, cabendo-lhe tão-somente o direito de contestar se o reconhecimento for em juízo ou de ingressar com ação denegatória, a passo que o menor pode impugnar o reconhecimento, nos dois anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.</p>	<p>47. No Direito das Obrigações,</p> <p>(A) a solidariedade, de acordo com a lei, nunca será presumida, pois dependerá exclusivamente da vontade das partes.</p> <p>(B) se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for divisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.</p> <p>(C) enquanto o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, o favorável, como regra geral, aproveita-lhes.</p> <p>(D) o credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores, em razão do princípio da indivisibilidade da obrigação solidária.</p> <p>(E) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais perdas e danos.</p>
<p>45. Sobre a vocação hereditária, preceitua o Código Civil:</p> <p>(A) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da morte do <i>de cuius</i>.</p> <p>(B) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura do testamento cerrado.</p> <p>(C) Na sucessão legítima podem ainda ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivo este ao abrir-se a sucessão.</p> <p>(D) Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários, entre outros, a concubina do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de um ano.</p> <p>(E) São anuláveis as disposições testamentárias em favor de pessoas não legitimadas a suceder, quando simuladas sob a forma de contrato oneroso, ou feitas mediante interposta pessoa.</p>	<p>48. Os direitos de personalidade são direitos subjetivos</p> <p>(A) intransmissíveis e irrenunciáveis em qualquer hipótese, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.</p> <p>(B) intransmissíveis e irrenunciáveis, embora excepcionalmente o seu exercício possa sofrer limitação voluntária, mesmo sem expressa previsão legal.</p> <p>(C) e, por essa razão, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, em qualquer hipótese, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.</p> <p>(D) fundamentais, razão pela qual a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.</p> <p>(E) fundamentais, razão pela qual é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.</p>



<p>49. De acordo com o direito consumerista, o direito de reclamar pelos vícios</p> <p>(A) aparentes ou de fácil constatação caduca em oitenta dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.</p> <p>(B) aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias contados a partir do momento em que o consumidor notar o defeito, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.</p> <p>(C) aparentes ou de fácil constatação caduca em vinte dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.</p> <p>(D) ocultos caduca em sete dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.</p> <p>(E) ocultos caduca em noventa dias contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.</p>	<p>53. O locador, na contestação da ação renovatória, NÃO poderá alegar que</p> <p>(A) o locatário não preenche os requisitos estabelecidos na lei de locação, para promover ação renovatória.</p> <p>(B) a proposta do locatário não atende o valor locativo real do imóvel na época da renovação, excluída a valorização trazida por aquele ao ponto ou lugar.</p> <p>(C) tem proposta de terceiro para a locação, em condições melhores.</p> <p>(D) por determinação do Poder Público tem que realizar no imóvel obras que importam sua radical transformação, e assim não está obrigado a renovar o contrato.</p> <p>(E) deve ser elevada a multa ao locatário, prevista no contrato, se não devolver o imóvel findo o prazo contratual.</p>
<p>50. Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42):</p> <p>(A) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.</p> <p>(B) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.</p> <p>(C) nos Estados, a obrigatoriedade da lei federal inicia-se três meses depois de oficialmente publicada, salvo disposição contrária.</p> <p>(D) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.</p> <p>(E) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.</p>	<p>54. É parte legítima para propor ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo do Município de São Luís, contestado em face da Constituição do Estado do Maranhão, no âmbito de seu interesse, o</p> <p>(A) Defensor Público do Estado do Maranhão.</p> <p>(B) Procurador-Geral do Município de São Luís.</p> <p>(C) Procurador-Geral do Estado do Maranhão.</p> <p>(D) Presidente da Seccional do Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(E) Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de São Luís.</p>
<p>Direito Processual Civil</p>	<p>55. Em matéria de condenação em honorários, multa e custas, no processo de conhecimento, está correto dizer:</p> <p>(A) quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção do seu respectivo interesse na causa, a pagar à parte contrária multa mais os honorários advocatícios.</p> <p>(B) o réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas, mas, se vencedor na causa, não perderá o direito de haver do vencido honorários advocatícios.</p> <p>(C) se o processo é julgado extinto antes da citação do réu, e o autor não recorre, cabem honorários advocatícios.</p> <p>(D) é devida a verba honorária se o tribunal anula a sentença e determina o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, para a prolação de outra sentença.</p> <p>(E) verificando que a exceção de impedimento tem fundamento legal, o tribunal condenará o juiz nas custas e nos honorários advocatícios, mandando remeter os autos ao seu substituto legal.</p>
<p>51. Em ação monitória</p> <p>(A) é incabível a citação com hora certa.</p> <p>(B) a Fazenda Pública não tem legitimidade passiva.</p> <p>(C) o autor pode pretender a entrega de bem imóvel.</p> <p>(D) cabe a citação do réu por edital.</p> <p>(E) o cheque prescrito não constitui documento hábil para o ajuizamento da ação.</p>	<p>56. Relativamente ao agravo de instrumento e à reclamação está correto afirmar que</p> <p>(A) não cabe reclamação, se não houver o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, no âmbito dos juizados especiais.</p> <p>(B) cabe novo agravo de instrumento se o magistrado deixa de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, se referente à causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.</p> <p>(C) cabe reclamação para o Superior Tribunal de Justiça de decisão do tribunal a quo que recebeu, no duplo efeito, recurso ordinário constitucional, em mandado de segurança, de competência originária do Tribunal de Justiça, que foi denegado.</p> <p>(D) cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal, se o Presidente do Tribunal de Justiça suspende a liminar deferida por desembargador, em mandado de segurança de competência originária do Tribunal de Justiça, unicamente com invocação de preceito da Constituição Federal.</p> <p>(E) não se admite o cabimento de reclamação no âmbito de outros tribunais, matéria restrita ao Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>52. O prazo para o Defensor Público interpor recurso adesivo é de</p> <p>(A) trinta dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.</p> <p>(B) dez dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.</p> <p>(C) vinte dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.</p> <p>(D) dez dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.</p> <p>(E) quinze dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.</p>	



57. A citação poderá ser feita pelo correio, para qualquer comarca do País
- (A) quando o autor residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.
 - (B) quando for ré pessoa incapaz.
 - (C) quando for ré pessoa de direito público.
 - (D) nos processos de execução.
 - (E) nas ações de estado.
58. Em ações de improbidade administrativa aplica-se a seguinte regra:
- (A) corre sempre em segredo de justiça em razão do interesse particular do agente público envolvido no ato de improbidade administrativa.
 - (B) em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade promovida por interessado, o juiz assegurará ao Ministério Público promover o prosseguimento da ação.
 - (C) a sentença que julgar improcedente a ação de improbidade condenará sempre o autor da demanda nas custas e nos honorários advocatícios.
 - (D) da decisão que receber a petição inicial, na ação de improbidade, caberá agravo de instrumento.
 - (E) a sentença que decretar a perda dos bens havidos ilícitamente, pela prática de atos de improbidade, determinará a reversão dos bens a um fundo gerido por Conselho Estadual, de que participará necessariamente o Ministério Público.
59. Paulo ajuizou ação de reintegração de posse de imóvel contra André. Na contestação, André alegou ser possuidor legítimo e negou o esbulho. Comprovadas as alegações da contestação, o juiz julgou improcedente o pedido. A sentença transitou em julgado. Posteriormente, Paulo promoveu ação reivindicatória do mesmo imóvel contra André, sem provar o pagamento das custas e dos honorários da ação de reintegração de posse. Na contestação, André alegou, em preliminar, coisa julgada da ação de reintegração de posse para a ação reivindicatória e que não houve pagamento das custas e dos honorários decorrentes da ação de reintegração de posse. No mérito, André sustentou que era titular de posse justa. Acolhidas as preliminares o juiz extinguiu o processo sem a resolução do mérito. A sentença proferida na ação reivindicatória está
- (A) correta por haver identidade dos elementos das ações possessória e reivindicatória e por falta do recolhimento das verbas de sucumbência do processo possessório.
 - (B) incorreta, porque não há identidade dos elementos das ações possessória e reivindicatória, e descabe o recolhimento das custas e honorários do processo possessório para a parte promover a ação reivindicatória.
 - (C) incorreta, somente por não haver identidade dos elementos das ações possessória e reivindicatória.
 - (D) correta porque a ação de reintegração de posse foi julgada favoravelmente a André, o que revela que ele tem posse justa.
 - (E) correta, porque não houve fato novo que justificasse decisão diversa da sentença que foi proferida na ação de reintegração de posse.
60. A liquidação de sentença
- (A) é expediente processual necessário para atribuir certeza ao título judicial.
 - (B) não pode ser requerida na pendência de recurso.
 - (C) não é admitida nas ações de cobrança de honorários dos profissionais liberais.
 - (D) é admitida nos casos de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.
 - (E) é admitida nas ações de ressarcimento por danos em prédio urbano.
- Direito do Trabalho e Processual do Trabalho**
61. A preempção, no processo do trabalho, ocorre nas hipóteses de
- (A) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por quatro vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.
 - (B) arquivamento da reclamação, por extinção sem resolução do mérito, em razão da falta de liquidação dos pedidos apresentados no rito sumaríssimo, por quatro vezes; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.
 - (C) abandono da causa, por mais de um ano, depois da intimação pessoal do trabalhador, para dar andamento ao feito; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.
 - (D) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal apresentada ao distribuidor.
 - (E) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação a pedidos diferentes.
62. A prescrição trintenária do direito de ação para exigir valores devidos em conta do fundo de garantia por tempo de serviço, prevista pela Lei nº 8.036/90, para o trabalhador
- (A) será contada sempre a partir do encerramento do contrato de emprego, operando-se apenas 30 anos após a terminação do vínculo.
 - (B) não será considerada, durante a vigência do contrato de trabalho.
 - (C) deverá ser considerada, mas se submete ao prazo de dois anos após a terminação do contrato de emprego.
 - (D) terá aplicação apenas e tão somente se o autor for assistido pela Caixa Econômica Federal, gestora do Fundo.
 - (E) será contada sempre a partir do encerramento do contrato de emprego, operando-se apenas 5 anos após a terminação do vínculo.



63. Considerando-se que todas as normas de direito do trabalho têm natureza de tutela de direitos humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotadas pelo Brasil, sob a vigente Constituição da República, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 45/2004:
- (A) assumirão natureza de emenda constitucional, se aprovadas, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) submeter-se-ão à confirmação, pelo Congresso Nacional, por meio de publicação de Lei Complementar.
- (C) só terão validade se confirmada por lei ordinária, posterior ao Decreto de promulgação da Convenção.
- (D) assumirão natureza de lei ordinária federal, situando-se, hierarquicamente, abaixo das Leis Complementares e da Constituição da República.
- (E) terão natureza de emenda constitucional, se assim decidir o Presidente da República, o que deverá ser previsto na mensagem que encaminhar ao Congresso Nacional a ratificação da norma pelos representantes do País na Convenção da OIT.
-
64. A competência territorial da Justiça do Trabalho será fixada pelo critério do local de execução do contrato, EXCETO se o
- (A) trabalhador, mesmo sendo brasileiro, for contratado no exterior, por empresa estrangeira, para prestar serviços no exterior, hipótese em que o Juízo Competente será o da Capital Federal (Brasília).
- (B) empregador promover a prestação de serviços em locais diferentes, todas dentro do Brasil, hipótese em que a competência será fixada pela situação da filial da empresa no Distrito Federal, tendo sido este ou não o lugar da contratação.
- (C) contrato for firmado num local, para prestação dos serviços em outro, ambos no Brasil, hipótese em que o empregado – autor da ação – escolherá o Juízo de qualquer dos dois locais.
- (D) empregador promover a prestação de serviços em dois ou mais locais do território nacional e o trabalhador for contratado no exterior, para prestar serviços no exterior, hipótese em que a competência será da Vara do Trabalho do local em que o empregador mantiver sua sede.
- (E) empregado for contratado na filial de São Paulo, para prestar serviços na filial de Fortaleza, hipótese em que o Juízo Competente será o da matriz da empresa, em Florianópolis.
-
65. Relação de trabalho é
- (A) espécie, da qual relação de emprego é o gênero.
- (B) gênero, do qual relação de emprego é espécie.
- (C) espécie de prestação de serviços que não se regula pela Consolidação das Leis do Trabalho, nem pelo estatuto dos servidores públicos ou pelo Código Civil.
- (D) gênero, que se equipara à prestação de serviços subordinada.
- (E) exclusivamente contrato de emprego, porque a carteira em que se registram os contratos é de “trabalho e previdência social”, não de “emprego e previdência social”.
-
66. São pressupostos recursais no processo do trabalho:
- (A) sucumbência, preparo e garantia do Juízo, sempre pela penhora.
- (B) tempestividade, fungibilidade, gratuidade e duplo grau.
- (C) fungibilidade, tempestividade, legitimidade e assiduidade.
- (D) recorribilidade da decisão, tempestividade e gratuidade processual.
- (E) sucumbência, recolhimento de custas e do depósito recursal e tempestividade.
-
67. O conflito positivado de jurisdição entre um Juiz do Trabalho e um Juiz de Direito, este no exercício da jurisdição trabalhista, na forma do artigo 668 da Consolidação das Leis do Trabalho, deverá ser julgado pelo
- (A) Tribunal Superior do Trabalho, em qualquer hipótese.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, em qualquer hipótese.
- (C) Tribunal Regional do Trabalho, se a competência geográfica de ambos estiver afeta a um mesmo Tribunal Regional do Trabalho.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado em que se situar a Vara Cível.
- (E) Tribunal Regional Federal em que se situarem as unidades judiciárias conflitantes.
-
68. O professor que ministrou dois períodos de trinta dias cada um, para determinado estabelecimento de ensino, em abril e novembro de determinado ano, para substituir outros trabalhadores em licença médica foi
- (A) empregado da escola, em caráter eventual.
- (B) empregado da escola, como servidor estatutário.
- (C) empregado da escola, na modalidade de contrato temporário.
- (D) trabalhador avulso, mesmo sem a intermediação do sindicato ou do órgão gestor de mão-de-obra.
- (E) trabalhador cooperado, porque ajudou a empresa num momento de necessidade.
-
- Direito Agrário**
69. De acordo com o Estatuto da Terra, entende-se por imóvel rural o prédio
- (A) destinado à atividade agrícola, pecuária ou agroindustrial, qualquer que seja a sua localização.
- (B) destinado à atividade agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que localizado fora do perímetro urbano do Município.
- (C) destinado à atividade agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que assim definido pela legislação municipal.
- (D) localizado no perímetro urbano no Município, qualquer que seja sua destinação.
- (E) localizado fora do perímetro urbano do Município, qualquer que seja sua destinação.
-
70. A descrição georreferenciada de imóvel rural é
- (A) facultativa, a critério do proprietário.
- (B) facultativa, a critério da superintendência regional do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA competente.
- (C) facultativa para imóveis com área inferior a 500 ha e obrigatória para os demais.
- (D) obrigatória, devendo ser imediatamente providenciada.
- (E) obrigatória, devendo ser providenciada por ocasião do primeiro registro, ou em prazo fixado pelo Poder Executivo.



<p>71. O procedimento contraditório especial, de rito sumário, para desapropriação para fins de reforma agrária previsto na Lei Complementar nº 76/93</p> <p>(A) dispensa o pagamento de indenização. (B) obriga a justa e prévia indenização integral em dinheiro. (C) elimina o processo judicial de desapropriação. (D) permite a imissão na posse em no máximo 48 (quarenta e oito) horas. (E) pode ser conduzido pelo Estado-membro.</p>	<p>77. O Estatuto da Cidade prevê a possibilidade de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, como sanção à não-utilização ou subutilização do imóvel urbano. O prazo mínimo no qual o IPTU progressivo pode ser cobrado antes da desapropriação com pagamento em títulos e a alíquota máxima do tributo são, respectivamente,</p> <p>(A) 5 exercícios consecutivos e 15%. (B) 5 exercícios consecutivos e 12%. (C) 3 exercícios consecutivos e 15%. (D) 3 exercícios consecutivos e 12%. (E) 3 exercícios consecutivos e 10%.</p>
<p>72. NÃO é critério definidor da função social da propriedade rural</p> <p>(A) seu uso em conformidade com o Plano Diretor do Município. (B) a exploração que garanta o bem-estar dos proprietários. (C) seu aproveitamento racional e adequado. (D) a preservação do meio ambiente. (E) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho.</p>	<p>78. O órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, outorga licença ambiental a determinado empreendedor, permitindo-lhe o exercício de atividade que se mostra lesiva ao meio ambiente. Pretendendo anular judicialmente o ato administrativo de outorga da licença, uma associação civil regularmente constituída, com objetivo de preservação ambiental, poderá ajuizar</p> <p>(A) ação popular. (B) mandado de segurança coletivo. (C) mandado de segurança individual. (D) ação direta de inconstitucionalidade. (E) ação civil pública.</p>
<p>73. Estão sujeitos(as) a registro no Cartório de Registro de Imóveis</p> <p>(A) os contratos de parceria rural. (B) os contratos de penhor rural. (C) as cédulas de crédito imobiliário. (D) as áreas de reserva legal. (E) os decretos de desapropriação para fins de reforma agrária.</p>	<p>79. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos</p> <p>(A) difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato. (B) coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. (C) individuais homogêneos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária decorrentes de origem comum. (D) coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. (E) difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por circunstâncias de fato.</p>
<p style="text-align: center;">Direitos Difusos e Coletivos</p> <p>74. De acordo com a Lei nº 11.445/07, NÃO está compreendida no conceito de saneamento básico a atividade de</p> <p>(A) limpeza urbana. (B) abastecimento de água potável. (C) esgotamento sanitário. (D) manejo de resíduos sólidos. (E) manejo dos recursos hídricos.</p>	
<p>75. “Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”. Esta é a formulação do princípio ambiental</p> <p>(A) do desenvolvimento sustentável. (B) do poluidor-pagador. (C) da precaução. (D) da economicidade. (E) da prevenção.</p>	
<p>76. O Código Florestal disciplina determinados espaços territoriais especialmente protegidos, ao passo que a Lei nº 9.605/98 criminaliza condutas violadoras da integridade desses mesmos espaços territoriais. Assinale a alternativa que contém a tipificação de um desses crimes.</p> <p>(A) Destruir vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do bioma Mata Atlântica. (B) Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente. (C) Deixar de averbar área de reserva legal. (D) Penetrar em Unidade de Conservação conduzindo instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais. (E) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação.</p>	<p>80. Dentro da tutela dos direitos transindividuais, compete à Defensoria Pública</p> <p>(A) propor a ação principal e a ação cautelar de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao consumidor, ao meio ambiente e à ordem urbanística. (B) instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis. (C) uma vez esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promover o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente. (D) tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial e promover, por conta disso, o arquivamento do inquérito civil correspondente. (E) propor a ação principal e a ação cautelar para a tutela de direitos individuais dos necessitados, mas não para a tutela dos direitos transindividuais.</p>



<p>81. Segundo a legislação em vigor, no que tange aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos:</p> <p>(A) As ações previstas na Lei nº 7.347/85 serão propostas em qualquer foro situado no território nacional, haja vista a amplitude dos direitos por ela tutelados, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa e fará coisa julgada <i>erga omnes</i>.</p> <p>(B) A ação civil somente poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer.</p> <p>(C) A Defensoria Pública será parte legítima para pleitear, por meio de ação popular, a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição Federal, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.</p> <p>(D) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público, a Defensoria Pública e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.</p> <p>(E) A sentença civil fará coisa julgada <i>erga omnes</i>, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.</p>	<p>83. Na hipótese de conflito entre uma norma do direito interno e um dispositivo enunciado em tratado internacional de proteção dos direitos humanos, merece prevalecer a norma</p> <p>(A) mais específica, considerando o princípio de que a norma especial revoga a norma geral em sua especificidade.</p> <p>(B) posterior, considerando o princípio de que a norma posterior revoga norma anterior que lhe for incompatível.</p> <p>(C) do sistema global, considerando o princípio da primazia do Direito Internacional.</p> <p>(D) do sistema regional, considerando o princípio da boa-fé nas relações internacionais.</p> <p>(E) mais benéfica à vítima, considerando que os tratados de direitos humanos constituem um parâmetro protetivo mínimo.</p>
<p style="text-align: center;">Direitos Humanos</p> <p>82. Ao introduzir a concepção contemporânea de direitos humanos, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 afirma que</p> <p>(A) o relativismo cultural, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, conferindo primazia ao valor da solidariedade, como condição ao exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.</p> <p>(B) a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, conferindo paridade hierárquica entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais.</p> <p>(C) a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, conferindo primazia aos direitos civis e políticos, como condição ao exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais.</p> <p>(D) o relativismo cultural, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, conferindo primazia aos direitos econômicos, sociais e culturais, como condição ao exercício dos direitos civis e políticos.</p> <p>(E) a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, conferindo primazia aos direitos econômicos, sociais e culturais, como condição ao exercício dos direitos civis e políticos.</p>	<p>84. O acesso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos é assegurado</p> <p>(A) a todo e qualquer indivíduo, grupos de indivíduos ou organização não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da OEA, sendo a Comissão um órgão político do sistema interamericano.</p> <p>(B) apenas ao Estado-parte, sendo a Comissão um órgão jurisdicional do sistema interamericano.</p> <p>(C) apenas às organizações não-governamentais legalmente reconhecidas em um ou mais Estados-membros da OEA, sendo a Comissão um órgão jurisdicional do sistema interamericano.</p> <p>(D) apenas às vítimas nacionais do Estado violador, sendo a Comissão um órgão político do sistema interamericano.</p> <p>(E) às instituições jurídicas, compreendendo a Defensoria Pública e o Ministério Público, sendo a Comissão um órgão jurisdicional do sistema interamericano.</p> <p>85. À luz da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, as ações afirmativas são</p> <p>(A) proibidas, porque constituem uma forma de discriminação direta positiva, nos termos da Convenção.</p> <p>(B) permitidas, cabendo aos Estados-partes adotá-las para fomentar a promoção da igualdade étnico-racial.</p> <p>(C) obrigatórias, devendo os Estados-partes adotá-las no prazo de até cinco anos a contar da data da ratificação da Convenção.</p> <p>(D) proibidas, porque constituem uma forma de discriminação indireta negativa, nos termos da Convenção.</p> <p>(E) obrigatórias, devendo os Estados-partes adotá-las no prazo de até dois anos a contar da data da ratificação da Convenção.</p> <p>86. Nos termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a tortura é</p> <p>(A) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.</p> <p>(B) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.</p> <p>(C) permitida excepcionalmente para o combate ao terrorismo, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.</p> <p>(D) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.</p> <p>(E) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.</p>

**Direito da Criança e do Adolescente**

87. A colocação em família substituta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) pode dar-se na forma de guarda, tutela, adoção simples ou adoção plena.
 - (B) viabiliza o exercício do direito à convivência familiar por crianças que estejam cumprindo internação em estabelecimento educacional.
 - (C) exceto na modalidade de adoção, trata-se de medida de proteção cuja aplicação cabe ao conselho tutelar.
 - (D) não pode ser deferida a família estrangeira, exceto na modalidade de adoção.
 - (E) admite transferência da criança ou adolescente a terceiros desde que com autorização dos pais.
88. Nas comarcas onde não houver Conselho Tutelar instalado, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, suas atribuições serão exercidas pelo (a)
- (A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (B) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
 - (C) autoridade judiciária.
 - (D) Comissariado da Infância e Juventude.
 - (E) Ministério Público.
89. Se o ato infracional imputado a adolescente tiver sido praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, segundo a legislação vigente,
- (A) deve a autoridade policial, em caso de flagrante, lavrar auto de apreensão do adolescente.
 - (B) pode a autoridade policial apreendê-lo, ainda que fora das hipóteses de flagrante e sem ordem judicial, desde que o apresente imediatamente ao Ministério Público.
 - (C) pode o Promotor de Justiça conceder remissão desde que cumulada com aplicação de medida socioeducativa.
 - (D) se comprovadas autoria e materialidade, deve a autoridade judicial aplicar medida socioeducativa de internação.
 - (E) ele perde o direito de, na fase executória, ser beneficiado com indulto, ainda que parcial, ou comutação de medida.
90. A José, 14 anos, autor de ato infracional equiparado a furto contra estabelecimento comercial, foi aplicada medida de prestação de serviços à comunidade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) se José conseguir um emprego estará dispensado do cumprimento da medida.
 - (B) a critério do juiz da execução e havendo necessidades pedagógicas, a medida aplicada a José pode ser prorrogada por até um ano.
 - (C) se José descumprir de forma reiterada e injustificável a medida, pode ficar internado por até três meses.
 - (D) a medida aplicada deve ser cumprida preferencialmente no estabelecimento comercial vitimado pelo furto praticado por José.
 - (E) se José não tem antecedentes, a prestação de serviços à comunidade não poderia ser aplicada.

91. Creches, segundo a legislação vigente, são serviços da área da
- (A) educação, destinados a crianças de até 7 anos de idade, cuja oferta é incumbência do poder público municipal.
 - (B) assistência social, destinados a crianças com até 3 anos de idade, cuja oferta é incumbência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
 - (C) educação, destinados a crianças maiores de 2 anos de idade, cuja oferta é incumbência do poder público federal.
 - (D) assistência social, destinados a crianças de até 5 anos de idade, cuja oferta é incumbência do poder público estadual.
 - (E) educação, destinados a crianças de zero a 3 anos de idade, cuja oferta é incumbência do poder público municipal.

Direito do Idoso

92. O Estatuto do Idoso, e suas alterações posteriores, assegura direitos que, de uma forma geral, beneficiam pessoas a partir de 60 anos de idade. Figura como exceção à essa regra geral o direito
- (A) ao transporte gratuito, que favorece pessoas a partir de 70 anos de idade.
 - (B) à tramitação processual prioritária, que favorece pessoas a partir de 55 anos de idade.
 - (C) ao benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, aplicável a partir de 65 anos de idade.
 - (D) a descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, aplicável a partir de 70 anos de idade.
 - (E) ao recebimento prioritário da restituição do Imposto de Renda, que beneficia pessoas a partir de 70 anos de idade.
93. Os conselhos municipais do idoso são
- (A) órgãos consultivos do poder público municipal em relação à política local de atendimento aos direitos dos idosos.
 - (B) compostos por 50% de representantes de órgãos e entidades públicas municipais e por 50% de pessoas escolhidas entre os cidadãos idosos residentes no município.
 - (C) responsáveis pelo atendimento individual aos idosos em situação de ameaça ou violação de direitos e pela aplicação das respectivas medidas de proteção.
 - (D) responsáveis, junto com Ministério Público e Vigilância Sanitária, pela fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso.
 - (E) responsáveis pela arrecadação dos fundos necessários ao financiamento da política municipal de atendimento ao idoso.



94. Considerando os dispositivos do Estatuto do Idoso que afetam mais diretamente a atuação e funcionamento Defensorias Públicas, pode-se afirmar que esta lei, com as alterações posteriores,
- (A) obriga as Defensorias Públicas a criar órgãos especializados na defesa dos direitos dos idosos.
- (B) estabelece o direito à assistência judiciária gratuita por parte de instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso.
- (C) confere efeito de título executivo extrajudicial a acordos relativos a alimentos e benefícios previdenciários de pessoas idosas quando realizados na presença de Defensor Público.
- (D) garante às Defensorias Públicas assento nos conselhos estaduais e federal do idoso.
- (E) manda considerar a vulnerabilidade pessoal, em detrimento da renda pessoal/familiar, para justificar o atendimento preferencial do idoso pela Defensoria Pública.
-
95. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres
- (A) caracteriza crime de ação penal privada.
- (B) caracteriza infração administrativa, sujeitando o infrator à pena de multa.
- (C) trata-se de mero ilícito civil, passível de ação indenizatória se comprovados os danos.
- (D) caracteriza crime de ação penal pública incondicionada.
- (E) configura violação de regra moral, irrelevante do ponto de vista jurídico.
-
- Legislação e Princípios Institucionais da Defensoria Pública**
96. Em virtude de a Defensoria Pública ser instituição essencial à função jurisdicional do Estado, é da sua incumbência prestar às pessoas necessitadas, de forma integral e gratuita,
- (A) assistência judicial.
- (B) assistência judiciária.
- (C) assistência jurídica, judicial e extrajudicial.
- (D) assistência jurisdicional.
- (E) assistência institucional.
-
97. De acordo com a Constituição Federal, a Defensoria Pública tem assegurada, além da autonomia funcional e administrativa, a iniciativa de sua proposta orçamentária, em virtude do que
- (A) o Defensor Público Geral pode elaborar e enviar a proposta orçamentária da instituição diretamente ao Poder Legislativo.
- (B) o Defensor Público Geral pode elaborar e enviar a proposta orçamentária da instituição diretamente ao Poder Executivo, após submetê-la ao Conselho Superior.
- (C) o Conselho Superior da Defensoria Pública pode elaborar e enviar a proposta orçamentária da instituição diretamente ao Poder Executivo, após submetê-la ao Defensor Público Geral.
- (D) tanto o Defensor Público Geral quanto o Conselho Superior podem elaborar e enviar a proposta orçamentária diretamente ao Poder Executivo, após submetê-la um ao outro, porque são órgãos de administração superior da instituição.
- (E) tanto o Defensor Público Geral quanto o Conselho Superior podem elaborar e enviar a proposta orçamentária diretamente ao Poder Legislativo, após submetê-la um ao outro, porque são órgãos de administração superior da instituição.
-
98. A autonomia funcional da Defensoria Pública, assegurada pela Constituição Federal, significa que
- (A) os Defensores Públicos têm independência funcional.
- (B) os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário não são hierarquicamente superiores aos Defensores Públicos.
- (C) o Defensor Público Geral deve ser eleito pela carreira, através de lista triplíce, nomeando o Governador o mais votado.
- (D) o controle da utilização dos recursos orçamentários da Defensoria Pública será interno e exercido pelo Conselho Superior.
- (E) a Defensoria Pública deve conduzir suas atividades na forma da lei, visando à plena realização das suas atribuições institucionais, sem subordinação alguma ao Poder Executivo, cujos atos normativos não a alcançam.
-
99. São prerrogativas do Defensor Público:
- (A) a independência funcional no desempenho de suas atribuições e o uso de vestes talares e insígnias privativas da Defensoria Pública.
- (B) a estabilidade no cargo, desde a sua posse, e possuir carteira funcional expedida pela instituição, válida como cédula de identidade, e porte de arma.
- (C) receber intimação pessoal das decisões judiciais, manifestar-se nos autos por meio de cotas e dispor de todos os prazos em dobro.
- (D) ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e membros do Ministério Público e ter o reajuste de seus vencimentos no mesmo percentual e periodicidade concedidos a esses titulares de cargos das funções essenciais à Justiça.
- (E) inamovibilidade, salvo se apenado com remoção compulsória, e dispor de instalações condignas com o seu cargo, de preferência no prédio do Fórum, das quais não poderá ser desalojado, sem a anuência prévia do Defensor Público Geral.
-
100. Ao Defensor Público Geral do Estado, NÃO cabe
- (A) nomear o Defensor Público aprovado em concurso e aplicar pena de demissão ao Defensor Público que violar proibição legal.
- (B) dar posse ao Defensor Público aprovado em concurso e promovê-lo por antiguidade, ou merecimento, na forma da lei.
- (C) integrar o Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) descentralizar, através de convênios, a execução de serviços que lhe competem.
- (E) tornar sem efeito, em circunstância alguma, ato punitivo de Defensor Público, ou penalidade a ele aplicada.